

A “Renascença Portuguesa”: aspetos do seu legado jurídico-político

Paulo Ferreira da Cunha¹

Resumo: Passou em 2012 o centenário do movimento cultural e cívico que teve o belo nome de “Renascença Portuguesa” e que polarizou a elite da intelectualidade portuguesa durante vários anos, chegando mesmo a ter uma expansão para o Brasil. A crise da I República que então se vivia não é a crise que hoje vive a II República. Mais que paralelos anacrónicos, interessa ver as lições jurídicas e políticas mais perenes deste movimento que teve como órgãos em Portugal “A Águia” e “Vida Portuguesa” e “Anuário do Brasil”. Focamos neste estudo especialmente a presença, no seio deste plural movimento, de uma teorização das elites, da educação cívica e política, da originalidade jurídica e política lusitana e da problemática da justiça social.

Palavras Chave: Renascença Portuguesa, “A Águia”, “Vida Portuguesa”, “Anuário do Brasil”, I República Portuguesa, Direito e Literatura, Elites, Educação Cívica, Originalidade da Direito português, Justiça social.

Abstract: Passed in 2012 the centenary of the cultural and civic movement that had the beautiful name of “Renascença Portuguesa” that polarized the Portuguese intellectual elite for several years, and even have some expansion to Brazil. The problems of the Portuguese First Republic are not comparable to the crisis that now lives the Second Republic. More than anachronistic parallels we want to analyse the more perennials and applicable legal and political lessons of this movement, that had in Portugal journals as “A Águia” and “Vida Portuguesa” and “Anuário do Brasil.” We focus in this study especially the presence, within this pluralistic movement, of a theory of elites, civic and political education, legal and political Lusitanian originality and the problem of social justice.

Keywords: Renascença Portuguesa, “A Águia”, “Vida Portuguesa”, “Anuário do Brasil”, I Portuguese Republic, Law and Literature, Elites, Civic education, originality of Portuguese law, social justice.

"Todo aquele que acreditar no renascimento lusitano, todo aquele que nos trazer um clarão de esperança, será recebido de braços abertos como leal e firme camarada".

Teixeira de Pascoaes

"Pôr a sociedade portuguesa em contacto com o mundo moderno, fazê-la interessar pelo que interessa os homens lá de fora, dar-lhe o espírito actual, a cultura actual, sem perder nunca de vista, já se sabe, o ponto de vista nacional e as condições, os recursos e os fins nacionais. Temos de aplicar a nós mesmos, por nossa conta, esse espírito do nosso tempo, de que temos estado tão absolutamente alheados".

Raul Proença

I. A Renascença Portuguesa e Hoje

O momento histórico que vivemos – que tem a carga kairológica do conceito forte de “momento” – tem muito a ganhar com a análise ponderada e serena do movimento da Renascença Portuguesa, dos seus altos vultos, das suas publicações, das suas iniciativas, das suas polémicas, das suas análises plúrimas. E tem muito a ganhar ainda do seu impulso de Esperança em Portugal.

¹. Catedrático da Universidade do Porto lusofilias@gmail.com

Não se pode afirmar que o espírito de há cem anos com esse movimento possa ser hoje mimeticamente reproduzido. Do mesmo modo que a crise ou decadência de então não será simplesmente tragédia volvida agora em farsa, como fora quicá para toda a História pressagiado n' *O 18 de Brumario de Luís Bonaparte*.

Não somos a farsa, nem sequer a tragicomédia da I República. Vivemos algo que tem diferenças e semelhanças, mas que lucraria, sem dúvida, se aprendêssemos com essa Ciência ou Musa que dizem, desde Cícero, ser *magistra vitae*. Embora quase sempre pareça que com ela pouco tenhamos aprendido.

Abordaremos seguidamente, a traços largos e de forma impressionista, alguns aspetos da reflexão da múltipla plêiade de autores que confluíram na Renascença Portuguesa, com a consciência de que foi um movimento heterogêneo e em devir. Contudo, para os nossos presentes objetivos, em malha larga de observação, quase poderemos ficcionar uma Renascença Portuguesa consonante e estática. Nas questões que seguidamente se colocam não necessitámos de proceder a especiais distinções ou divisões.

Trataremos de seguida, ilustrativamente, os problemas das massas e das elites, tendo por guia Manuel Laranjeira, da educação política, seguindo Nunes da Mata, aludiremos depois à construção de um mobilizador e original mito do direito e da política em Pascoaes, referir-nos-emos à importância educativa política da História e da Literatura, respetivamente em Jaime Cortesão e Leonardo Coimbra, evocaremos as problemáticas da Solidariedade e da Justiça social na questão da subscrição em favor do poeta Gomes Leal e na questão dos caseiros em Pascoaes, e finalmente fecharemos o círculo da reflexão tentando fazer um balanço da imagem do movimento, e retomando, sobre a sorte dos movimentos intelectuais, palavras de Manuel Laranjeira.

Muito mais aspetos haveria a referir, mas este não será um levantamento sistemático, mas simbólico.

II. *Massas e Elite*

Numa República recém instaurada, é normal que a questão da democracia e da aristocracia preocupem os homens de espírito. Em França, um Tocqueville não raro se sentira dividido entre razão e sensibilidade, entre democracia e elitismo... Não será diferente entre nós. E trata-se de uma questão preliminar, de cuja solução depende muito mais.

Manuel Laranjeira, no primeiro artigo no primeiro número d' "A Águia", *Os Homens Superiores na Selecção Social* (Porto, 1 de Dezembro de 1910), tem palavras de compreensão – quicá de autocompreensão – para com a impaciência e até desprezo que nutrem os "homens superiores" para com o vulgo. Mas espera que do diálogo entre ambos nasça progresso. Assim começa esse inteligente e conciliador artigo:

"Eu compreendo o pessimismo de certos homens superiores e o seu desdém pela opinião das maiorias. Compreendo a misantropia de certas criaturas dotadas de superioridade intelectual ou moral. (...) As maiorias são a mediocridade, o tipo médio de uma dada época. O homem superior sendo o esboço, o embrião, a síntese individual, de uma época futura, não pode furtar-se, de quando em quando pelo menos, a um sentimento de desprezo pelos homens, pela massa comum da humanidade, pelas maiorias em suma. A razão das maiorias é uma força conservadora, a razão dos homens superiores é uma força criadora".

Depois de vastas considerações dialéticas, o autor acabará por consagrar essa dialética como bem, em prol, afinal das forças criadoras, e coloca a questão usando até a categoria dos direitos, o que não deixa de ser notável:

“O direito dos homens superiores, das minorias criadoras, inteligentes e cultas, é proclamar a verdade. O direito das maiorias é discuti-la e valorizá-la pela resistência”.

Neste texto inicial, além da introspeção do autor, importante mas não o mais significativo para nós, *hic et nunc*, está ao mesmo tempo a localização da elite da Renascença Portuguesa, embora uma elite plural, e a sua vontade educativa geral (que se manifestará, desde logo, nas universidades populares: mas é toda uma vocação pedagógica) e a problematização da democracia na sua convivência necessária, pelo menos, com a aristocracia de espírito, aliás a única legítima.

De facto, não se confunde, no movimento, o verdadeiro escol com a corte, a nova corte republicana, assim mimoseada por Oldemiro Cezar, a dado passo de uma autêntica catilinária em tom de crónica, intitulada *Governo. Pratos do Dia Político e Teatros. Para Variar – Teatros e Política*, com data de Lisboa de 30 de outubro de 1912, e publicada logo no primeiro número d’*“A Vida Portuguesa”* de 31 do mesmo mês. Depois de aludir à “facúndia oratória dos deputados apostados a pôr cada vez mais torto o que nunca ficará direito” e a compará-la com as falsas promessas que atribui às gentes do teatro (curiosa comparação), termina o artigo com este lamento em tom menor:

“E porque a chuva lá fora cai e o piano da vizinha persiste em esmoer uma valsa de merengue derretido, por aqui me fico agora com muita sede de vingança desta gente que me rodeia – políticos e homens de teatro, jornalistas e críticos de arte, toda a farandulagem grotesca que na Lísbia pretenciosa tem a fantástica pretensão de monopolizar o saber humano, essas coisas que eles não possuem e invejam nos outros, os que não lhes sacodem pontapé oportuno à queixada rabiosa...”

Contudo cremos dever distinguir. Esta crónica de Lisboa não nos parece representar o estilo renovador do movimento, antes afundar-se apenas na crítica. Tem a vantagem, claro, e por isso se chamou à colação, de lembrar a necessidade de se destrinçar os verdadeiros dos falsos valores, políticos e artísticos. Mas confessamos que este tipo de verrina não é, ontem como hoje, nem por um momento construtiva, no máximo é desabafo impotente, nada mais. Nessa altura como hoje, proliferam os observadores hipercríticos mas que não avançam uma linha para se sair da crise. E o que é mais curioso é que uma publicação como esta não deixou de abrir as suas portas também a este tipo de escritos. Mesmo o escol precisa de alguma tolerância... será ainda a lição de Manuel Laranjeira?

III. *Educação Política*

Têm os “renascentistas” a noção de que não surge de geração espontânea o homem republicano bem formado e educado, pelo que – ao contrário do que acabaria por fazer, pela ingenuidade e pela cedência a modelos estrangeiros a II República – é absolutamente necessário que se forme. E se forme em valores e em virtudes. À sua maneira, o Estado Novo, com muito do seu pessoal político formado na República,

acabaria por seguir até a ideia de inculcar nos espíritos, desde cedo, grandes lemas ou tópicos – o que viria a fazer designadamente por lei de 1932. Ora é curioso que, com uma totalmente diversa orientação ideológica essa ideia fora já avançada no n.º 14 da “Vida Portuguesa”, de 3 de junho de 1913, em resposta a um inquérito do periódico sobre educação. Diz José Nunes da Matta:

“(…) muito conveniente seria que fosse elaborado um pequeno Código contendo um número muito restrito, para mais facilmente se reter de memória, dos principais dogmas, axiomas e princípios fundamentais que, à imitação do que se fazia na antiga República de Roma, podia ser colocado em todas as escolas, em todos os estabelecimentos públicos, e ainda nas praças públicas, etc.”.

A receita dessa tópica pública, desde logo afixada nas escolas primárias, viria a ser aplicada por Salazar, e com tanto êxito que ainda hoje se encontra entranhada em muitos: “Se soubesses o que custa mandar, gostarias mais de obedecer toda a vida” é um lema que não se esquece. E por isso há ainda muitos que acham que “a sua política é o trabalho” e esquecem o velho axioma de Platão – esse sim, talvez pudesse ser um lema para as Repúblicas – segundo o qual o preço dos homens bons e competentes não cuidarem da coisa pública é serem comandados por homens maus e incompetentes.

IV. Mito de um Direito e de uma Política Portugueses

Parece que há atavismos que se repercutem, quiçá por se entranharem na alma dos Povos, como, da Inquisição dizia o articulista do artigo “Santo Ofício” no *Dicionário de História de Portugal* de Joel Serrão.

Jogar com os atavismo positivos e ser criador de mitos era decerto o que Pascoaes visava com o seu original *A Arte de ser Português* (1915), que reconstrói a história jurídico-política portuguesa de forma admirável. Há neste livro uma página sobre direito e política que mereceria ser esquadrihada e valorizada, porque da sua confirmação ou infirmação depende o sabermos se houve alguma vez um Direito português, e, afinal, uma Constituição verdadeiramente portuguesa – pelo menos antes da República. Não é um texto grande, mas grande é o projeto a que se abalança. Citemo-lo, porque não haveria forma de abreviar:

“É certo que a nossa jurisprudência deriva das leis godas e romanas, e a dos últimos tempos não é mais que uma cópia inferioríssima das leis estrangeiras que desnaturaram por completo o corpo jurídico do Estado. Mas há leis na nossa antiga legislação, como as primeiras leis proteccionistas do comércio marítimo (Cortes de Atouguia) e do desenvolvimento da agricultura, que nasceram directamente do instinto que teve Portugal, depois de se fixar como Pátria, de se defender e consolidar. Ele começou por criar a família rural, ligando-a à posse duradoura da terra. Assim, entre nós, o morgadio teve como origem uma lei (lei avoenga, da 1.ª Dinastia).

Temos ainda os forais e os princípios de direito político estabelecidos nas antigas cortes, revelando o espírito de independência e liberdade que animou sempre a alma popular. Intervinha no governo do País, na sucessão do trono, em todos os actos de interesse geral que o Rei praticasse: a guerra e a paz, lançamento de impostos, etc. E exercia

ainda uma esperta vigilância sobre o procedimento dos homens de Estado, alguns dos quais foram acusados e condenados!
Em plena Idade Média, enquanto outros Povos gemiam sob o peso do poder absoluto, impúnhamos à nossa Monarquia a forma condicional: o Rei governará se for digno de governar, e governará de acordo com a nossa vontade, expressa em cortes gerais reunidas anualmente.
Temos ainda várias leis antigas emanadas do Costume, as quais receberam dele uma nuance original que também caracteriza o génio português" (*Arte de ser Português*, Lx., Assírio & Alvim, 1991, pp. 78-79).

Era um ir às raízes, até para contrariar o constitucionalismo monárquico (que era ainda de onde se partia, afinal, à época, apesar da República – que Álvaro Ribeiro viria a dizer relativamente pouco republicana e não a “república do sonho”), que considera estrangeirado.

Já no n.º 9 d”A Vida Portuguesa”, de 4 de março de 1913, Pascoaes teria dito, segundo laudas aparentemente transcritas de “O Século”, e assinadas com a abreviatura “C. F. ”:

“O que é necessário – volta a repetir – é fazer-se ressuscitar o belo espírito lusitano, nascido da fusão do sangue semita com o sangue ariano, do espiritualismo com o paganismo, a fim de que ele oriente e anime a obra da nossa querida República, que será uma República lusitana, ao contrário do constitucionalismo monárquico que foi sempre estrangeiro, e, por isso, jamais se casou com a nacionalidade” (p. 70).

V. Valorização Cívica e Política da História e da Literatura

É claro que esta mitificação ao mesmo tempo saudosista e regeneradora não pode deixar de ter como pilar a História e a Literatura. Uma para fundamentar e dar o exemplo, a outra para unir todos os aspetos do humano, e abrir imaginação e horizontes. A uma e outra louvam, respetivamente, Jaime Cortesão e Leonardo Coimbra. Em termos muito eloquentes.

O primeiro, respondendo a questões de Oldemiro Cezar, em “O Mundo”, de 2 de novembro de 1912, reproduzidas no n.º 10 d”A Vida Portuguesa” de 16 de março de 1913 sobre o início das lições da Universidade Popular, afirmará:

“Vão começar dentro de breves dias. Serão iniciadas por um curso de História Pátria, como sendo as mais próprias para despertar na alma do povo energias adormecidas, tornar consciente e firme o amor pátrio e desenvolver-lhe na consciência um novo ideal coletivo” (p. 79).

Estamos de novo hoje a ter polémicas historiográficas, o que é bom. A História não é una e uma. E há História que faz bem e História que faz mal aos países. A que faz mal é, desde logo, a que os acabrunha, tanto quanto a que conta fictícias glórias, ou branqueia as páginas negras...

O segundo dos “renascentistas” é um dos que abre as páginas d”Águia” com um belo artigo, em que podem ler-se:

“Ou o pensamento científico se apodera de toda a vida mental e, empobrecendo o espírito, o deforma; ou fica essa parte da alma humana profundamente separada da outra e, estando dum lado a ciência e de outro a Vida, as exigências da Vida produzirão a indisciplina e confusão mentais. Ou o sábio, monstro de gabinete, sem alma, sem amor e sem afetos; ou o homem duplo – lógico no seu gabinete de estudo, prélógico, supersticioso e inconsciente na rua.” (n.º 1, p. 4)

Qual, pois, a solução, para evitar a monstruosidade abstrata do sábio insensível, e a débil e impressionável mentalidade do homem sem ciência?

“Nas literaturas vivem todos os sonhos e aspirações humanas. Todas as experiências de sentimento aí aparecem: a curiosidade nova, o amor, a audácia.

A alma arrastada para a rigidez e secura das abstrações científicas precisa tomar contacto com a vida real, de sorrisos e lágrimas, de amor e sofrimento, de dedicações e heroísmos. Que monstruoso homem esse que aí passa ruminando fórmulas e esquecendo a vida” (*ibid.*).

Como tudo isto é urgente não só para a nossa educação, como para a nossa política. E vejamos como Leonardo se dá conta da incorreção política das suas teses, continuando, porém, altissonantemente a proclamá-las:

“E tudo isto é economicamente inútil, mas tudo isto é moralmente sublime”. (*ibid.*).

Nesta tirada quase ao final se enganava, porém. Só na visão de economistas sem alma estas coisas são inúteis. Sabe-se hoje do enorme valor económico da cultura, até da Língua. E mesmo o neoliberal Ludovico von Mises, no seu tratado *A Ação humana*, não deixa de ligar a Economia com a Psicologia. Mas evidentemente que há ainda os de contas pequenas, os tais que sabem o preço de tudo, desconhecendo o valor de qualquer coisa.

Não nos esqueçamos, porém, que Portugal tem uma tradição económico-social própria também, e que vinte anos depois da fundação da “Renascença Portuguesa”, no Porto também, seria dado à estampa o original e profundo livro de Maia Pinto *Economismo* (Porto, Imprensa Moderna, 1932), desmontando a Economia política de então (aliás na linha do também portuense Almeida Garrett, numa nota aoseu roimance histórico *O Arco de Santana*: provavelmente por mera coincidência de espírito), como há não muitos meses Jorge Veiguiha, em tese de doutoramento, desmontou os equívocos da *Economics*, ciência realmente estrangeira, e sobretudo, como dizia Bertrand Russell, sobretudo conhecida por aqueles a quem aproveita. Apesar de honrosas exceções, é claro, de que se destacam, eloquentemente, contudo, os chamados *Economistas aterrados*...

VI. *Solidariedade e Justiça Social*

Falando de coisas da Renascença Portuguesa sempre presentes, teríamos que terminar com a Solidariedade e a Justiça Social. Caluniada por alguns autores da nova escola económica dominante, ela parece não se resignar à sua negação ou morte teórica, nem mesmo económico-financeira e política.

Sabendo da situação de miséria em que se encontrava o poeta Gomes Leal, “A Vida Portuguesa” lança apelos e uma subscrição pública – um gesto concreto de solidariedade. A questão é recorrente em alguns números da publicação. Até que no n.º 13, de 6 de maio de 1913, no artigo não assinado *A Fome que Mata*, se lança uma crítica altissonante ao argentarismo, de que salientaríamos, por motivos óbvios, o seguinte passo:

“Para vós outros, senhores, já não existe bondade, afeto, carinho desinteressado: existe dinheiro, e tudo o que dizeis visa um fim egoísta – o de trocar todas as palavras, como todos os atos, em bom metal sonante. Em vez da consciência tendes uma burra, e em lugar de nobreza, amor, generosidade, tendes dinheiro, o que no vosso entender é muito mais prático” (pp. 97-98).

Logo no primeiro número de “A Águia”, num texto que vinha do fundo da alma, feito de experiência e de indignação, especialmente com a sorte miserável dos trabalhadores caseiros, depois de descrever a sua vida de canseiras e esbulhos a que legalmente eram sujeitos (mas os caseiros são um símbolo de todos os explorados, hoje mais subtil mas não menos injustamente – logo no n.º 2 de “A Águia” outro colaborador irá clamar pela necessidade de assistência e saúde, desde logo infantis – é um Ângelo, com outro nome para nós ilegível, no texto *As Criações e a República*, n.º 2, p. 14 ss.) Pascoaes deixa-nos considerações como estas:

“Defendam-se as classes populares que são o sangue alma do País: o resto é uma mixórdia europeia sem caráter, sem pátria, um pouco parisiense e romana, um elemento apenas de dissolução e morte” (p. 8).

E volta à lição da História, como tópico político:

“Como o Portugal de D. João I, o de 1640, o de 1810, o Portugal republicano só pode e deve contar com o Povo.”

Simplemente também Pascoaes se dá conta, como os demais, desde o citado texto de Laranjeira, que é necessário educar o Povo, e obviamente também o educar politicamente. Assim encerra o seu artigo:

“E o Povo rural e agrícola (...) depois de educado e libertado, será a base indestrutível duma Democracia rústica e campestre, que há de dar a sua flor original e eterna, sob a invocação de Pan e de Jesus”.

VII. Hoje e a Renascença Portuguesa

Embora já agora quase não haja povo agrícola, não deixa de poder haver vanguarda de uma renovação portuguesa. Evidentemente com uma adaptação de vocabulário e conceitos. Só para dar um exemplo: Falar hoje de “raça”, como então se fazia a torto e a direito, e por vezes com cientista e plácida invocação de racismos e eugenias (mesmo no “A Vida Portuguesa”, dando voz a um entrevistado, por exemplo, que considerava a miscegenação dos portugueses a mais degeneração possível) está mais que ultrapassado: está eticamente morto.

A “Águia” termina a sua publicação em 1932, ano em que Salazar dispara em todos os sentidos uma “arrumação” do Estado antes de outorgar, por via de viciado referendo, uma nova Constituição, a primeira constituição escrita que substituiria a da I República, a que o movimento procurara “dar conteúdo renovador e fecundo”, nas palavras de Jaime Cortesão, muito conhecidas.

Se é certo que a nossa I República teria sido muito diferente, e cremos que melhor, se tivesse triunfado no 31 de janeiro e não apenas no 5 de outubro, o balanço que muitas vezes se faz dela seria igualmente sem dúvida bem diverso se a Renascença Portuguesa tivesse conseguido concretizar um ideário ético, cultural e político que se anunciava, nos seus alvares. E que obviamente se estilhaçou em múltiplas visões particulares, quase tantas, ou tantas mesmo, quantos os mais qualificados dos seus colaboradores.

Além disso, é sempre, em boa medida, o problema de Manuel Laranjeira, aliás um dos nossos muitos famosos suicidas:

“A natureza, na sua inconsciência, parece mais sábia do que certos filósofos que julgam possível o triunfo da verdade e da justiça sem luta. Deixai que as minorias progressivas sejam vencidas no conflito! O triunfo das maiorias sobre elas é aparente. No futuro triunfam sempre as minorias; a minoria progressiva nas sociedades que avançam e vivem, a minoria regressiva nas sociedades que recuam e morrem.” (“A Águia”, nº 1, p. 2).

Recebido para publicação em 02-11-12; aceito em 13-12-12